

A revolta e o castigo

Os índios do Sul perderam a paciência e retomaram suas terras à força. Saiba, nesta reportagem de Evilázio de Oliveira, como a Funai, em represália, os condenou à miséria.

Na década de 1970, quando o então ministro da Fazenda, Delfim Neto, alardeava o famigerado milagre brasileiro, o padre jesuíta, Vicente César, começava a se preocupar com a questão indigenista, que acabou por resultar na formação do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), de fundamental importância para o esclarecimento e uma certa tomada de posição dos índios brasileiros que hoje tentam, de todas as maneiras, conseguir sua autonomia para desenvolvimento próprio e manutenção da raça.

Conforme conta o vice-presidente da Anai (Associação Nacional de Amparo ao Índio), regional de Porto Alegre, Júlio Gaiger, foi através desse trabalho da Igreja que os índios começaram a tomar consciência da própria identidade. Consciência de que realmente se constituíam num povo, com cultura própria e com tanto direito à terra quanto os bancos que haviam chegado depois e que se intitulavam senhores absolutos de todas as propriedades.

Embora Júlio Gaiger reconheça que o trabalho da Igreja tenha se originado de motivos específicos, como a tentativa de doutrinação religiosa, ele afirma que isso serviu para devolver ao índio a confiança em si mesmo, o reconhecimento de que, efetivamente, fazia parte de um povo que tinha, e tem, identidade própria, que merece ser preservada.

Na maioria das vezes — ele diz — os índios tinham vergonha da condição de índio e, eles próprios, se autodefiniam como "caboclos". Todavia, aos poucos, os missionários religiosos foram conseguindo devolver a identidade da raça, fazendo com que recuperassem o antigo orgulho e a galhardia que sempre tiveram, responsável pela sobrevivência em relação ao opressor branco.

Júlio Gaiger diz que com a retomada do orgulho, os chefes indígenas começaram a se reunir, tomando decisões num movimento que começou a crescer alcançando até mesmo tribos totalmente dispersas, com poucos vestígios de identidade cultural índia. Neste momento, observa Júlio Gaiger, os chefes índios do Rio Grande do Sul resolveram ser os donos efetivos de suas terras e expulsar os colonos invasores. Ou, como no caso da reserva de Nonoai, moradores em terrenos arrendados à Funai, com emissão de recibos e tudo o mais, para que a operação fraudulenta parecesse legal.

A Funai alugava a terra aos colonos

Mas, no Rio Grande do Sul o trabalho foi um pouco mais difícil para os índios. Isso porque a posição da Igreja, orientada pelo cardeal dom Vicente Scherer, segundo Júlio Gaiger, era muito conservadora, preferindo manter uma posição mais ou menos distante desses assuntos. Apesar disso, os índios das tribos do Sul foram tomando consciência do respeito a si mesmos e, através de contatos com políticos, organismos de defesa dos índios, e com a imprensa, iniciaram uma atuação visando motivar a opinião pública para quem, até então, índio era o sinônimo de pessoas vadias, bêbadas, traícoiras, e que não mereciam a mínima confiança.

A partir da primeira assembleia de chefes indígenas, em 1973, com a presença de aproximadamente 100 chefes, começou a ganhar corpo a idéia de retomar as terras pela força, se necessário. Nesse período, os contatos mantidos pela Funai com tribos ainda não contactadas na Amazônia serviram para reforçar a identidade racial e cultural dos índios do Sul.

E foi assim que a partir de 1975, os cinco mil índios existentes no Estado passaram a exigir a ocupação total de suas terras, uma área aproximada de 55 mil hectares, distribuídas em sete áreas, das quais Nonoai, ao norte do Rio Grande do Sul é a maior, e a mais famosa. A atuação dos índios foi demorada, sobretudo pela falta de experiência no trato com a incrível burocracia criada pelos homens ditos civilizados.

Em 1977, surgiu no Rio Grande do Sul a Anai (Associação Nacional de Amparo ao Índio) visando cobrir o vazio deixado pela Igreja em relação ao trabalho de conscientização, como estava sendo desenvolvida noutras partes do País. Com isso, os índios quase que imediatamente se orga-

ganizaram, escolheram seus líderes e iniciaram a conquista do antigo sonho, o do domínio da terra e da sobrevivência sem a participação ou ingerência do opressor branco.

Os quase 1.500 índios que ocupavam apenas três mil hectares dos 15 mil que tinham direito, na reserva de Nonoai, no município de Nonoai, decidiram, em 1978, expulsar os aproximadamente 10 mil posseiros que ocupavam suas terras. E através de uma rápida operação, queimaram três escolas primárias, mantidas pelos colonos, e deram o aviso para que saíssem das terras. Ou seria o caso duma guerra.

Os índios de Nonoai viviam na absoluta miséria, trabalhando para uma grama mantida pela Funai ou para os posseiros que se constituíam numa importante fonte de renda para os municípios do Planalto e Nonoai, onde se situa a reserva. Com a saída dos colonos, que ficaram abandonados, perambulando pelas estradas das redondezas, sem casa, sem dinheiro, sem trabalho ou mesmo alimentação, a opinião pública da população da região ficou contra os índios. Se, antes eles já eram mal vistos, agora muito mais, acusados de responsáveis pela desgraça dos posseiros, que ocupavam a terra como absoluta convicção com a Funai, a quem pagavam o arrendamento sob recibos.

Bêbados, errantes, pobres famintos

Os índios tomaram a granja da Funai, colheram as lavouras dos colonos invasores, tomaram duas ceifadeiras — colheitadeiras, cinco tratores e uma camionete. Mas, o preço dessa ousadia foi alto. A Funai congelou todas as verbas destinadas a Nonoai, obrigando os índios a devolverem tudo o que haviam conquistado. E a situação continua cada vez pior, com o completo abandono das autoridades, e sem a possibilidade de desenvolvimento econômico próprio.

Hoje, mais uma vez, os índios vagam pelas estradas, arredios, desconfiados. Quase sempre são vistos totalmente bêbados, caídos, sem o mínimo ânimo de continuarem trabalhando. As mulheres fazem e vendem balaios e cestos para as poucas pessoas que passam pelos municípios de Nonoai, Planalto ou Ronda Alta.

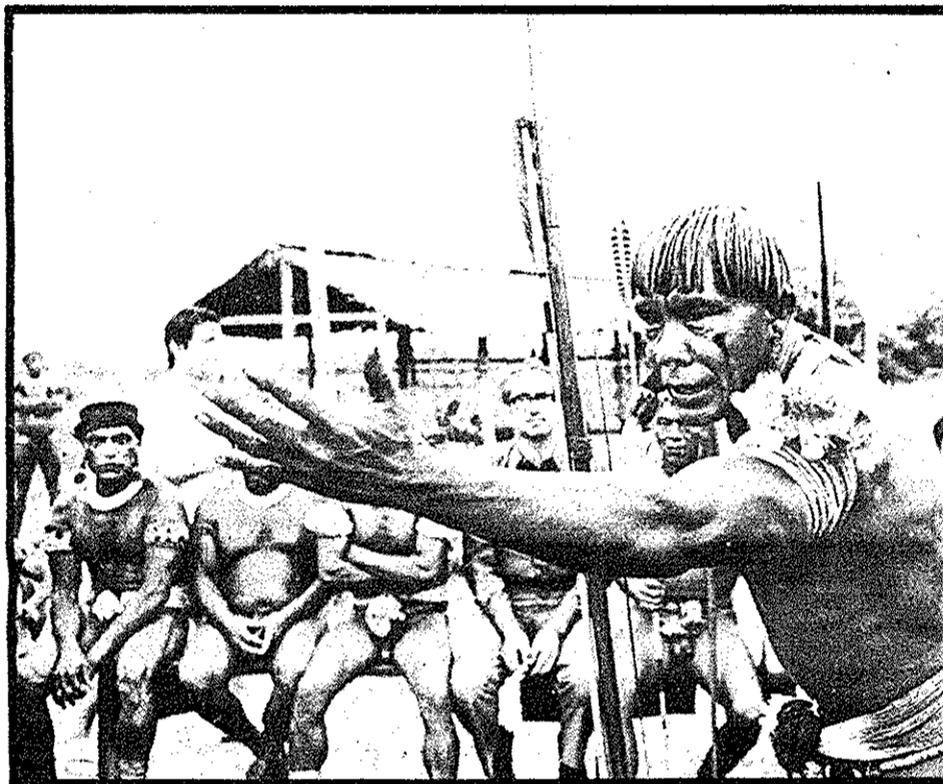
Apesar do sucesso na expulsão dos invasores, o problema índio, de certa forma, se agravou na década de 70. Ficaram totalmente abandonados, talvez até pelo fato da Funai se sentir vexada, com a demonstração de incompetência relacionada com a reserva de Nonoai, conforme salienta Júlio Gaiger.

Novamente, os colonos voltam, aos poucos, a ocupar a terra dos índios que assistem a tudo sem fazer nada. Até mesmo porque já nem mais acreditam na validade de dominarem a terra. Ou de conseguirem, eles próprios, o desenvolvimento social e econômico, com a manutenção cultural dos seus antepassados.

Agora, em 1980, começam a se esboçar planos visando o apoio dos índios, numa promoção da Anai, governo e demais entidades de apoio aos indígenas, com a destinação de dinheiro, sementes, apoio, enfim, para que eles possam, sozinhos, conquistar o seu desenvolvimento, salienta Júlio Gaiger.

Mas, se o problema dos índios não foi solucionado, também não foi o problema das 10 mil pessoas que ocupavam aquela área e que foram expulsos. Essas pessoas ficaram abandonadas pelas estradas, morando em barracos, em condições miseráveis. Depois, alguns foram levados para um parque de exposições de animais, em Esteio, na Grande Porto Alegre, de onde algumas famílias foram levadas para o Mato Grosso, para ocuparem terras de uma cooperativa. Outras famílias foram reassentadas no município gaúcho de Bajé, e precisando se submeter a atividades ligadas à pecuária, enquanto a maioria dos colonos era constituída por agricultores.

A grande maioria desses colonos permanece na região, na casa de parentes, ou mesmo nas propriedades que tinham foram da reserva. Conforme salienta, o vice-presidente da Anai, Júlio Gaiger. Todos os problemas permanecem, tanto com os índios como os colonos que, com a permissão do governo, ocuparam a área.



Questão indígena e o problema agrário

Carmen Junqueira

a) A DIVERSIDADE EVIDENTE

Com frequência afirma-se a unidade do povo brasileiro com base na identidade da língua. É como se de norte a sul, de leste a oeste fosse usado um único código linguístico, à diferença da torre de Babel que tumultua a vida em muitos países africanos.

É claro que isso não é verdadeiro. Não só muitos brasileiros têm línguas alternativas, como há vários grupos que sequer conhecem o português. Acompanham essas línguas particulares, costumes, tradições, enfim estilos de vida específicos, criados e desenvolvidos a partir de matrizes culturais distintas, distantes da tradição judaico-cristã. E como a conquista econômica não significa necessariamente conquista ideológica, os grupos indígenas do Brasil permanecem, em sua maioria, fiéis à auto-identificação tribal.

Assim, a chamada comunhão nacional é uma espécie de liga das nações com filiação compulsória. Mas talvez seja aqui o lugar de se encontrar alguma unidade.

b) A UNIDADE BÁSICA

Forçados a se submeterem ao sistema capitalista, os indígenas foram experimentando modificações muitas sérias na sua vida tradicional. Em função da fronteira que avançava sobre seus territórios e da intensidade de sua expansão, vinham as reações culturais. Muitos sucumbiram ao contato, outros organizaram defesa

armada contra o perigo mais iminente: outros ainda buscaram a resistência ideológica. Mas, do ponto de vista material, todos sem exceção sofreram profundas mudanças. Ou foram dizimados pelas doenças, tendo alterada a composição demográfica do grupo e, assim, inviabilizado o exercício de práticas importantes à vida comunitária; ou foram obrigados a reorganizar as atividades econômicas para serem capazes de sobreviver dentro de condições que, seguramente: jamais conheceram em outras épocas; sobreviver na terra cada vez mais escassa.

Tanto para aqueles que apenas coletavam e caçavam, como para horticultores e agricultores, o substrato material da comunidade era e continua sendo a terra. A sua limitação e o desaparecimento dos recursos fundamentais à vida, aproxima cada vez mais os grupos indígenas remanescentes da população rural, igualando-os em seus problemas básicos. Ambos, independentemente das diferenças culturais que guardam, são atingidos pelos problemas agrários de modo similar, e submetidos a regimes de trabalho cada vez mais árduos. Impossibilitados de fazerem a história voltar e com isso reconquistar a antiga auto-suficiência camponesa ou a autonomia do modo de produção tribal, são colhidos pelo processo histórico como vítimas do desenvolvimento capitalista.

Carmen Junqueira é professora de Antropologia da PUC/SP.